



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Aplicadas e Educação – CCAE
Graduação em Ciências Contábeis

Assistência estudantil e evasão dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV

Área Temática: Educação e pesquisa contábil

Graduanda Maria Eduarda Martins do Nascimento – UFPB - meduarda-ufpb@outlook.com.br

Prof^ª. Dr. Edilane do Amaral Heleno – UFPB – edilane.amaral@gmail.com

Prof. Dr. José Jassuípe da Silva Morais – UFPB - jassuipemorais@gmail.com

Prof^ª. Ms. Isabelle Carlos Campos Rezende – UFPB – isabelle_1236@hotmail.com

Resumo: A assistência estudantil universitária foi instituída com o intuito de fornecer aos alunos de baixa renda, condições socioeconômicas para manter-se na universidade, ou seja, toda essa assistência ofertada aos estudantes vulneráveis financeiramente tem por objetivo diminuir os índices de evasão, contribuindo assim, para a permanência universitária e conclusão dos estudos. Nesse contexto, o presente trabalho apresentou como objetivo averiguar se o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído para evitar a evasão acadêmica no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - CAMPUS IV. A pesquisa se caracterizou como descritiva, tendo como procedimentos estudos bibliográficos e aplicação e análise do questionário que foi aplicado eletronicamente pela plataforma *Google Forms* juntos aos alunos do referido curso. Esta pesquisa torna-se relevante porque buscou identificar a importância de programas inclusivos, como os observados na Assistência Estudantil, que de forma direta ou indireta, contribuem para a permanência do discente na educação superior brasileira, auferindo condições materiais e financeiras para prosseguir seus estudos e assim, concluí-los. Para fundamentação teórica deste artigo foram escolhidos: Texeira (2002); Imperatori (2017); Alvarez, Radaeli (2016); Aquino, Forezena (2019); dentre outros, a fim dar suporte na análise dos resultados. As informações colhidas apontaram que para os discentes, o acesso à assistência estudantil, tem contribuído para que esses se mantenham no curso evitando a evasão. Portanto, a assistência estudantil constitui como uma ferramenta importante na construção de possibilidades para superar as desigualdades e permitir permanência desse alunado na educação superior.

Palavras-Chave: Educação. Programas Inclusivos. Permanência.

1 Introdução

A assistência estudantil no ensino superior federal foi uma medida implantada pelo governo a fim de combater às desigualdades sociais, ou seja, ela foi implementada para dar suporte para que os alunos pudessem se manter na universidade, e isso remonta há décadas anteriores. A sua implementação ampliou e democratizou as condições de acesso e permanência dos jovens no ensino superior federal, exercendo um papel positivo no processo de contenção da evasão acadêmica, conforme abordou IMPERIOTI (2017).

Essas políticas visavam dar as condições necessárias para que os estudantes pudessem terminar seus estudos, considerando que nas universidades verifica-se a existência dos reflexos da desigualdade social que assola o nosso País. Isso se tornou mais marcante a partir das duas últimas décadas, em decorrência das políticas educacionais de expansão e interiorização das universidades públicas, onde se pode observar um incremento da população de classes sociais menos favorecidas ingressando em cursos superiores, gerando uma demanda maior por políticas de assistência estudantil (TEIXEIRA, 2002).

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

N244a Nascimento, Maria Eduarda Martins do.

Assistência estudantil e evasão dos alunos de ciências contábeis da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV / Maria Eduarda Martins do Nascimento. - Mamanguape, 2021.

16 f. : il.

Orientação: Edilane do Amaral Heleno.

TCC (Graduação) - UFPB/CCAÉ.

1. Educação. 2. Programas Inclusivos. 3. Permanência e evasão escolar. I. Heleno, Edilane do Amaral. II.

Título.

UFPB/CCAÉ

CDU 37

Neste sentido, pode se associar as políticas de assistência estudantil à questão da evasão, considerando essa a sua questão central. Assim, na perspectiva do direito social, a garantia de uma instituição que proporcione as condições necessárias para manter o estudante durante o curso é primordial, pois isso lhe garante a continuação e conclusão do curso, reduzindo assim, retenção e evasão universitária por motivos socioeconômicos.

Diante desse contexto, propõe-se a seguinte questão a ser respondida nessa pesquisa: **A assistência estudantil direcionada aos alunos de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAe) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) tem contribuído para evitar a evasão?**

Neste sentido o objetivo geral deste artigo consistiu em averiguar se o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído para evitar a evasão acadêmica no curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - CAMPUS IV.

Esta pesquisa torna-se relevante porque buscou identificar a importância de programas inclusivos, como os observados na Assistência Estudantil, que de forma direta ou indireta, contribuem para a permanência do discente na educação superior brasileira, auferindo condições materiais e financeiras para prosseguir seus estudos e assim, concluí-los.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Entendendo as Políticas Públicas

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. No geral, políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público (IMPERATORI, 2017). São, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos, tais como: leis, programas, linhas de financiamento, entre outros, os quais orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Segundo Matias Pereira (1999, p. 34), “políticas públicas estão diretamente relacionadas com as questões de liberdade e igualdade, controle democrático do Estado, distribuição da renda e das riquezas”.

Contribuindo com essa temática, Teixeira (2002, p. 12), afirma que os objetivos das políticas Públicas são para:

[...] responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. E ampliar e efetivar direitos de cidadania, também criados nas lutas sociais e que possam ser reconhecidos institucionalmente.

Frequentemente, a expressão “políticas públicas” é usada como um conjunto de disposições e ações que emanam do Estado e a sociedade civil, com o desígnio de consentir a uma necessidade de reconhecimento social como um processo e que necessite da ingerência do Estado.

No âmbito das políticas públicas, têm-se políticas educacionais, o que mais de perto nos interessa para este estudo. De acordo com Alvarez e Radaeli (2016, p. 220):

A política educacional é um componente do processo de produção e reprodução social e, conforme trata Deitos (2010) é inserida num conjunto de políticas e medidas tomadas para assegurar a hegemonia de um dado projeto social, político e econômico socialmente em disputa e concretiza aquilo que se quer constituir na sociedade, ora com o intuito de amenizar alguns problemas sociais, ora com o objetivo de garantir o consumo de mercadoria. Nagel (2001, p.99) trata a política educacional como “um conjunto de medidas agilizadas e sistematizadas pelo

Governo para atuar, com maior eficiência, nos mecanismos de produção, distribuição e consumo de bens já instituídos ou em constante renovação”.

Entre as políticas educacionais, observa-se a Política de Assistência Estudantil direcionadas para Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Estas consistem em admitir a concepção de assistencialismo ao discente que necessita das políticas públicas para manter-se no curso até a sua conclusão (AQUINO, FORENZENA, 2019).

Entretanto, antes abordar sobre a Assistência Estudantil direcionada as IFES, torna-se relevante compreender de forma geral, o cenário das políticas públicas para educação superior no Brasil.

2.2 A política pública para educação superior no Brasil

Nas últimas décadas, as políticas e programas governamentais assumiram grande relevância para as funções de planejamento e gestão governamentais. A despeito da existência de experiências anteriores, o interesse por compreender como as políticas públicas se instauram tomou grande impulso com a modernização da Administração Pública. Em vários países, este movimento foi seguido pela adoção dos princípios da gestão pública empreendedora e por transformações das relações entre Estado e sociedade, onde “o Estado se constitui uma categoria fundamental de análise, principalmente por o entendermos como ativo no processo de contradições oriundas da dinâmica social e preconizador das políticas públicas” Alvarez e Radaeli (2016, p. 218).

No âmbito deste debate acima elencado pelos autores, surge o entendimento que em países desenvolvidos as políticas públicas voltadas para o ensino superior é amplamente praticada e, ao longo dessa experiência, propostas metodológicas foram geradas por organismos internacionais de financiamento, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento e por outras instituições como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e o Centro Latino Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) (AQUINO, FORENZENA, 2019).

No Brasil, embora de forma precária, as políticas públicas para a educação remontam ainda a época do império, após a chegada da família real portuguesa em terras brasileira. Nesse momento teve-se a criação do Curso Médico de Cirurgia na Bahia (FÁVERO, 2006). E, apenas em 1920, foi criada a primeira instituição universitária, a Universidade do Rio de Janeiro.

A intervenção do governo federal em políticas públicas do ensino superior, só foi intensificada no ano de 1960, quando se inicia o processo de modernização e ampliação do ensino superior no Brasil, culminando com a criação da Universidade de Brasília - UNB.

Ao longo da segunda metade do século XX, novas Universidades foram criadas, observando-se uma expansão do ensino superior. O acesso à universidade nesse período ainda era privilégio da classe social de maior poder aquisitivo. Entretanto, a partir da primeira década do século XXI, o governo federal volta a focar em políticas públicas para a educação superior no Brasil, onde buscou implementar um projeto que visava expandir e interiorizar o ensino superior no país que tinha o objetivo de diminuir o déficit educacional e promover o desenvolvimento de regiões antes desprivilegiadas (HELENO, et al, 2017).

2.3 Panorama das políticas de assistência estudantil no Brasil

As políticas públicas de assistência estudantil no Brasil versam atender os estudantes de universidades públicas, procurando lhe garantir condições socioeconômicas para que este

consiga concluir o curso superior iniciado, que pode ocorrer através de oferta de serviços como restaurante universitário, residência estudantil entre outros, ou através de concessão de bolsas financeiras para adesão à moradia, alimentação, transporte, entre outros.

“No Brasil, a construção da assistência estudantil foi marcada por muitas lutas e disputas políticas de longas décadas”, conforme salientou IMPERATORI (2017, p. 292).

Na década de 1930 já era possível observar, por menor que seja, a política de Assistência Estudantil com os programas de alimentação e moradia universitária. Tal política instaura-se como meio de apoio ao aluno, buscando propor iniciativas que tornem acessível o ingresso ao ensino e possibilitem a permanência do aluno na universidade. Foi com o início dos movimentos sociais, os quais tiveram como objetivo o fim do regime militar e a propagação de uma nova Constituição Federal, que a Assistência Estudantil no Brasil começou ser traçada, conectada assim a política de Assistência Social (IMPERATORI, 2017).

Uma Política de Assistência Estudantil situada é aquela que prepara os recursos para o acolhimento ao universitário, destacando-se no âmbito do pagamento de serviços como da contribuição financeira por meio dos programas para bolsistas, percebendo que as ações adiantadas que dirigem o acesso e a constância do processo acadêmico como podem entender na passagem abaixo:

Ao longo de toda a criação e desenvolvimento político, econômico e social das universidades no Brasil, através de alguns segmentos sociais, da base estudantil, os docentes e representantes do sistema educacional travaram várias lutas e embates para a conquista da educação com qualidade e melhoria do ensino público. Uma delas foi assegurar a assistência estudantil, significando um avanço no acesso à universidade (BARBOSA, 2009, p. 62).

Como mencionado acima, a garantia de política estudantil contribui para a inclusão social. No caso dos universitários, vem a ser uma garantia a esta determinada parcela da população, que de acordo com a história permaneceu à margem do processo de aumento do país, auxiliando muitos a iniciar e concluir o curso numa instituição pública federal de ensino (SILVA, 2019).

Como publicado nos anais da educação como prova da existência da efetivação de assistência das políticas públicas que admitem a assistência estudantil, são consolidadas através do Ministério da Educação, designadamente pelo PNAES. “O PNAES foi instituído em âmbito Federal pela Portaria Normativa 39, de 12 de dezembro de 2007, para os estudantes de cursos de graduação presenciais das Ifes, sendo implementado a partir do ano de 2008” (IMPERATORI, 2017, p. 292).

Linhas gerais, o PNAES foi um marco no panorama da instituição das Políticas Públicas de Assistência por deliberar suas áreas de ação e ser o marco importante para as instruções e projetos alcançados nas diferentes Instituições Federais do Brasil. “É extrema importância à constância e aumento dessa política, pois é na sua concretização que inúmeros estudantes se deparam com a possibilidade de irromper com um ciclo de exceção como herança familiar”, conforme salienta IMPERATORI (2017, p. 292).

A manutenção de políticas de assistência estudantil, portanto, podem colaborar para que os alunos egressos nos cursos superiores, principalmente os alunos de origem de camadas sociais menos favorecidas, possam chegar a concluir o curso escolhido, reduzindo o índice de evasão, e assim, quebrar o ciclo vivenciando no âmbito familiar, conforme salientou IMPERATORI (2017).

2.4 A evasão no ensino superior

Conforme definição do MEC, no Censo 2009, evasão consiste na saída definitiva do curso de origem sem finalização ou a diferença entre ingressantes e concluintes, após uma geração completa. De acordo com Baggi e Lopes (2012, p. 87):

Evasão de curso: quando o aluno deixa o curso por qualquer outra razão: muda de curso, mas permanece na IES, muda para outro curso de outra IES ou abandona os estudos universitários. Evasão da instituição: quando o aluno deixa a IES, mas não deixa o Sistema de Ensino Superior (ou seja, muda de instituição). Evasão do sistema: quanto o aluno deixa de estudar e abandona o sistema de ensino, ou seja, não se encontra mais estudando.

Ainda de acordo com Baggi e Lopes (2012), pode ser compreendida como um fenômeno social complexo, onde há a interrupção no ciclo de estudos. Assim, compreender evasão vai além da definição do seu simples conceito, pois se torna relevante analisar as causas que a impulsionam, os danos ocasionados em conjunto, instituição e estudantes, a fim de se criar estratégias de combate. Até porque, a evasão não se dá apenas pelo não cumprimento de metas e desperdícios educacionais, mas em uma perda muito maior: o retrocesso da luta pela expansão educacional brasileira torna-se um estudo que agrega um conjunto de políticas públicas:

O conjunto de políticas realizadas através dos programas de Promoção, Assistência e Apoio, que têm como objetivo principal criar condições que contribuam para a permanência dos estudantes nos estabelecimentos de ensino superior, melhorando sua qualidade de vida e consequentemente seu desempenho acadêmico e de cidadãos (BARBOSA, 2009, p. 39).

Anualmente é realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP o Censo da Educação Superior, meio mais completo de pesquisa sobre as instituições de educação superior (IES).

Em termos de definição sobre o processo de evasão, pode-se destacar que, segundo Baggi e Lopes (2012) está cada vez mais associada por motivos socioeconômicos, sendo necessário estender as políticas de assistência estudantil no Brasil, para melhor atender as reais necessidades dessa sociedade estudantil carente e assim sendo efetiva na articulação de atividades de ensino, extensão e pesquisa, ficando na qualidade de ensino e aprendizagem desse discente.

2.5 A assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) conta com a atuação da Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE), que possui como principal função planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante através de recursos ofertados pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que visa à permanência de alunos dos cursos da graduação presencial pela UFPB.

A PRAPE classifica como público-alvo o graduando considerado em condições de vulnerabilidade socioeconômica, sendo feito o levantamento semestralmente por meio dos processos seletivos para, só então, ter acesso aos benefícios de permanência. Tal política tem como proposta atender a esse estudante com recursos sociais básicos auxiliáveis em seu processo de inclusão social; buscando assim o bom desenvolvimento acadêmico, possibilitando a melhoria no desempenho e qualidade de vida durante a graduação.

Tais benefícios estão distribuídos entre refeições nos restaurantes universitários, moradia nas residências universitárias, auxílio-moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche. E além do mais, os estudantes cadastrados no serviço social da Pró-Reitoria têm, por direito e, prioridade apoio para participação em eventos acadêmicos (como compra de passagens e pagamento de inscrição, dentre outros) ao qual irá apresentar trabalhos desenvolvidos em pesquisas.

São também órgãos associados diretamente a PRAPE a Superintendência de Restaurantes Universitários (SRU), a qual é responsável pelos Restaurantes Universitários de todos os Campis e a Coordenação de Assistência e Promoção Estudantis (COAPE).

Toda essa assistência ofertada aos estudantes vulneráveis financeiramente tem por objetivo diminuir os índices de evasão, contribuindo assim, para a permanência universitária e conclusão dos estudos.

2.6 O Campus IV da UFPB e o curso de Ciências Contábeis

O Campus IV – Litoral Norte da Universidade Federal da Paraíba foi criado a partir da inserção da UFPB no Programa Expandir e Interiorizar do governo Federal, em 2006, quando efetivamente foram iniciadas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Atualmente este campus é formado por 11 cursos de graduação presenciais, sendo cinco localizados na cidade de Mamanguape (Ciências Contábeis, Letras, Pedagogia, Secretariado Executivo Bilíngue e Administração) e seis em Rio Tinto (Antropologia, Ciências da Computação, Design, Ecologia, Matemática e Sistemas de Informação), mais dois cursos de graduação à distância, são eles; o curso de Língua Espanhola e de Língua Inglesa, além de oferecer cursos de pós-graduação.

O curso de Ciências Contábeis do Campus IV foi criado em 2006. Com base em informações fornecidas pelo site institucional, o curso de graduação em Ciências Contábeis tem como foco a formação de contadores e gestores das informações contábeis, capazes de desenvolver, analisar e implementar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, exercendo com ética as atribuições e prerrogativas previstas na legislação pertinente.

Nesse contexto, o curso de Bacharelado em Ciências Contábeis tem como missão: “preparar e formar cidadãos com capacidade para exercer a profissão de Contador, conscientes da importância do seu papel no contexto sociopolítico regional e local” (PPC, 2014, p. 05).

Atualmente há 334 alunos ativos no curso de Ciências Contábeis do Campus IV matriculados no ensino remoto, para o período atual de 2020.2, onde se encontram assistidos, 128 bolsistas entre os auxílios alimentação, moradia, creche e transporte.

3 Procedimentos metodológicos

Para toda pesquisa, faz-se necessário o desenvolvimento do caminho e atividades nas quais se almeja alcançar os resultados propostos. Assim, considerando que o objetivo dessa pesquisa consistiu em averiguar se o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído para evitar a evasão acadêmica no curso de Ciências contábeis-UFPB/CAMPUS IV, este trabalho se classifica como descritivo.

Conforme salientou Gil (2002) a pesquisa descritiva procura descrever as características de determinada população ou fenômeno a partir da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados como questionários, entrevistas e a observação. Nesse sentido, o universo dessa pesquisa foi constituído pelos discentes do Curso de Ciências Contábeis do Campus IV da UFPB.

No que concerne a esse estudo, o procedimento adotado para fundamentá-lo, foi através da pesquisa bibliográfica. Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa quantitativa. Para Gil (2002) a pesquisa quantitativa busca traduzir as opiniões e informações em números para classificá-las e analisá-las.

A coleta de dados primários foi obtida através de aplicação de questionário eletrônico utilizando-se a plataforma de aplicativos online *Google Forms*, em decorrência do cenário pandêmico ao qual a nossa sociedade está passando foi à única forma de aplicação do mesmo, por meio das plataformas digitais. Este questionário ficou disponível para que os discentes tivessem acesso no período de maio a junho do ano de 2021.

No final, o próprio aplicativo gerou um relatório das respostas em forma de gráficos, com as porcentagens inerentes ao quantitativo de discentes respondentes, que fez um total de 36 respondentes. Com intuito de atender os objetivos traçados nesta pesquisa, foi aplicado um questionário com 16 questões objetivas e 02 questões subjetivas, as quais ficaram a critério de resposta do entrevistado abordando aspectos que possibilitaram averiguar se o Programa de Assistência Estudantil tem contribuído para evitar a evasão acadêmica no curso de Ciências contábeis a Universidade Federal da Paraíba - CAMPUS IV.

Dentre as principais questões levantadas, destacaram-se para construção dos dados as seguintes categorias: 1 - Perfil dos respondentes; 2 - Assistência estudantil e 3 – A questão da evasão.

4 Apresentação e análise dos resultados

4.1 Perfil dos respondentes (Categoria 1)

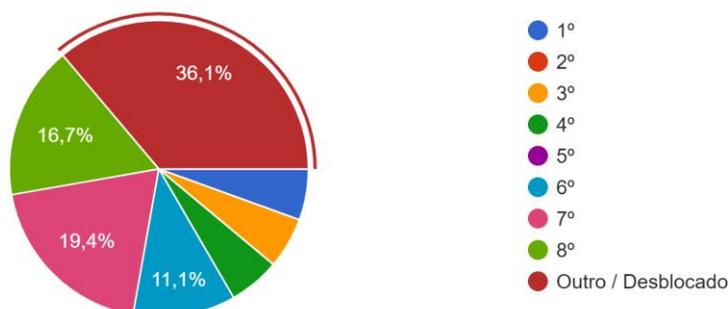
Nesta categoria, buscou-se traçar o perfil dos entrevistados em relação ao gênero, idade e em qual período está inserido no curso de Ciências Contábeis. Do total de 36 respondentes, 41,7% afirmaram ser do sexo masculino, e outros 58,3% do sexo feminino.

No que se refere à idade dos respondentes, 8,3% afirmaram está acima de 30 anos; 11,1% estarem entre 16 a 20 anos; 33,3% estarem com idade entre 25 a 30 anos e 47,2% entre 21 a 25 anos. Isso revela que o perfil dos respondentes constituiu de alunos relativamente jovens.

O gráfico 1, verifica-se que os respondentes se encontram em diversos períodos do curso de Ciências Contábeis. Entretanto, chama a atenção o percentual de respondentes que se encontram desbloqueados, perfazendo um total de 36,1%, ou seja, cursando diversos períodos ao mesmo tempo, para não perder o curso e assim, tentar concluir em um menor tempo fora da grade curricular normal.

Gráfico 1 – Período que o respondente está cursando

3. Período atual
36 respostas

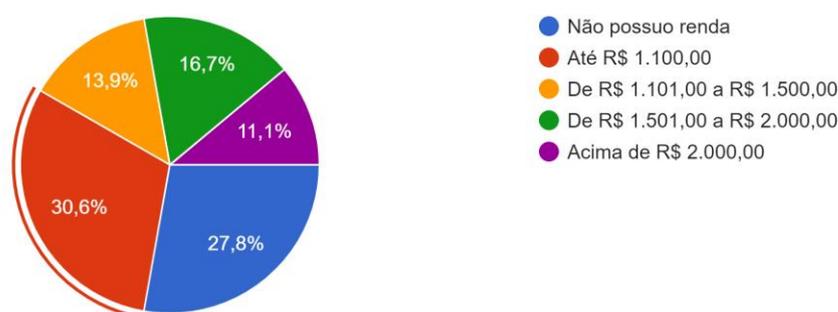


Fonte: Dados coletados – 2021.

Observando o gráfico 2, pode-se verificar que 27,8% dos respondentes afirmaram não possuir renda. Entre os que afirmaram receber alguma renda mensal, a mais elencada foi a da renda mensal de R\$ 1.100,00 totalizando mais de 30,6% dos participantes.

Gráfico 2 – Renda mensal dos respondentes

4. Renda mensal
36 respostas



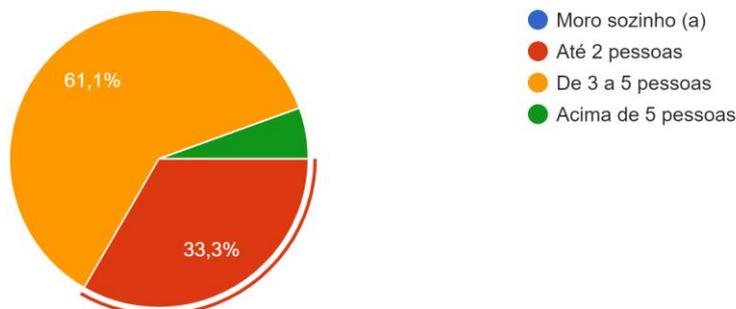
Fonte: Dados coletados – 2021.

Em relação à moradia, conforme pode ser visualizado no gráfico 3, destaca que a maior parte dos respondentes mora com mais de 3 a 5 pessoas em sua residência, configurando mais de 61,1% dos participantes.

Gráfico 3 – Membros que residem juntos ao respondente

5. Membros da família que residem no imóvel

36 respostas



Fonte: Dados coletados – 2021.

Essa situação bem configura atual situação não apenas no curso estudado, como também nos diversos outros cursos das universidades, considerando a atual situação que se encontra o estudante a nível superior no Brasil, como bem configura IMPERATORI (2017).

4.2 Assistência estudantil (Categoria 2)

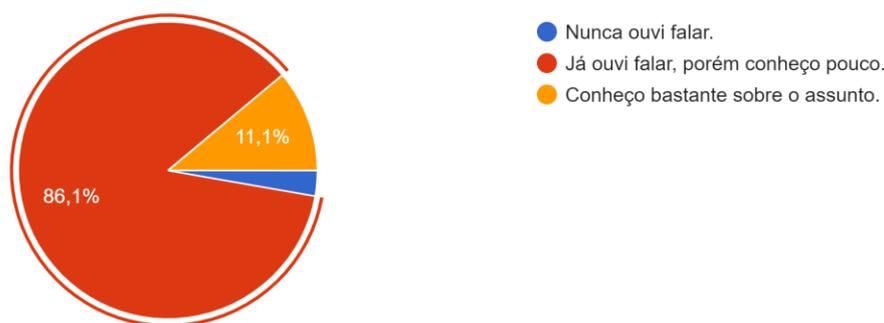
Nesta categoria, buscou-se investigar se o respondente tinha conhecimento sobre a assistência estudantil e se já havia sido beneficiado por alguma de suas ações.

Assim, observando o gráfico 4, verifica-se que 86,1% dos entrevistados têm algum conhecimento do que venha a ser a assistência estudantil.

Gráfico 4 – Conhecimento sobre a assistência estudantil e suas ações

6. Você tem conhecimento sobre a assistência estudantil e suas políticas públicas?

36 respostas



Fonte: Dados coletados – 2021.

Essa questão torna-se relevante, pois de acordo Aquino, Forenzena (2019, p. 3):

A assistência estudantil, realizada no contexto das Instituições Federais de Ensino, a rigor, é materializada por meio das políticas públicas formuladas a partir do Ministério da Educação (MEC). Entender o que vem a ser política pública é, então, elemento fundamental para compreender, como dito anteriormente, os princípios e objetivos que direcionam as tomadas de decisões quanto à assistência ao discente.

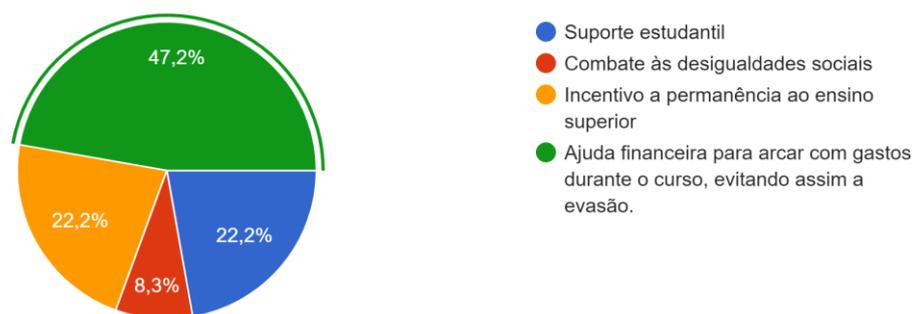
Nesse sentido, ter conhecimento do que é a assistência estudantil no ambiente universitário em que se está inserido, possibilita que os alunos possam recorrer aos segmentos representativos dentro da instituição quando necessitam de ajuda. Isto também acaba servindo como indicador de que tipo de assistência aquele campus/curso tem maior necessidade, auxiliando os gestores no momento de gerir e fornecer a assistência estudantil.

Os respondentes foram indagados sobre qual seria a percepção que estes tinham em relação à assistência estudantil no Campus IV. No gráfico 5, constam os resultados das respostas, onde se verifica que dentre as opções, 47,2% alegaram que a percepção em relação à assistência estudantil consistia numa forma de ajuda financeira para arcar com os gastos durante o curso, sendo, portanto, uma forma fundamental para não abandonar o curso. Outros 22,2% avaliam a assistência estudantil recebida como sendo um incentivo a permanência ao ensino superior; igualmente 22,2% alegam ser um suporte estudantil e por fim outros 8,3% afirmam ser uma forma de combate à desigualdade social.

Gráfico 5 – Percepção sobre a assistência estudantil

7. Qual das opções abaixo, melhor retrata o seu ponto de vista sobre a assistência estudantil voltada para o ensino superior

36 respostas



Fonte: Dados coletados – 2021.

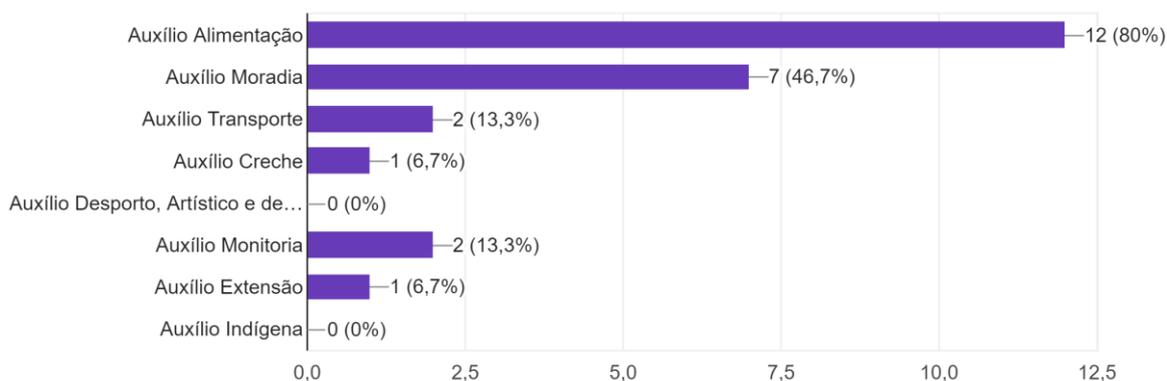
Foi questionado se os respondentes já haviam sido beneficiados pela assistência estudantil ao longo do curso e verificou-se que entre o total dos respondentes 41,7% já foram beneficiados com alguma das ações da assistência estudantil, enquanto 58,3% nunca receberam nenhum benefício.

Entre os respondentes que afirmaram que haviam sido beneficiados pela assistência estudantil, foi questionado qual tipo de benefício havia sido obtido. O gráfico 6, apresenta o resultado dessa indagação, onde se pode perceber que cerca de 80% ressaltam o auxílio alimentação; 46,7% foram para o auxílio moradia; 13,3% auxílio transporte; 6,7% auxílio creche; 13,3% auxílio monitoria; 6,7% auxílio extensão; e o auxílio indígena e desporto, artístico não foram escolhidos.

Gráfico 6 – Tipo de assistência estudantil recebida

9. Se sim, qual tipo de assistência você tem acesso?

15 respostas



Fonte: Dados coletados – 2021.

Os respondentes foram indagados se em algum momento eles já haviam passado por dificuldades financeiras ao ponto de pensarem em desistir do curso, por não poderem se manter. Cerca de 44,4% alegam que não, nunca sentiram dificuldade que pudesse levar pensar em desistir do curso e, portanto, a recorrer a uma assistência estudantil. Entretanto, 55,6% alegam que sim, e neste momento acabaram por recorrer à assistência estudantil oferecida pela universidade.

Nesse sentido, verifica-se o que foi afirmado por Imperatori (2017), quando coloca que a elaboração de políticas públicas que auxiliem no momento de dificuldade de algum estudante em provimento de uma dificuldade financeira, não advém, logo, de forma automática, ela deverá ser resultada de uma série de atuações retornadas à recepção das obrigações oferecidas pelos sujeitos, acercar-se em vista o encargo e o engajamento político e social de quem as lançar-se e legisla.

Também foi questionado se os respondentes que afirmaram que tiveram dificuldades financeiras, conseguiram ter acesso a alguma das ações da assistência estudantil, Entre os respondentes, cerca de 69,4% alegam que não; outros 30,6% alegam que sim.

Sendo assim, quando surgem dificuldades de cunho econômico acabam por interferir na trajetória acadêmica de estudantes de baixa renda, seja pelo meio da falta de recursos necessários para o acesso a importantes bens e práticas culturais, ou bem como, pela obrigação de conciliar estudos e trabalho (VARGAS, 2008, p. 50).

4.3 A evasão (Categoria 3)

A terceira categoria escolhida para a compreensão do objetivo proposto nesse trabalho foi à evasão. A evasão no ensino superior pode ser observada tanto por curso, quanto por instituição ou até mesmo por relação ao sistema de ensino, conforme salientou Zago, Paixão e Pereira (2016). Assim, para esse estudo, optou-se por fazer uma observação por curso. Aqui se buscou associar uma perspectiva de suposição, relacionando a possibilidade de uma evasão e a assistência estudantil.

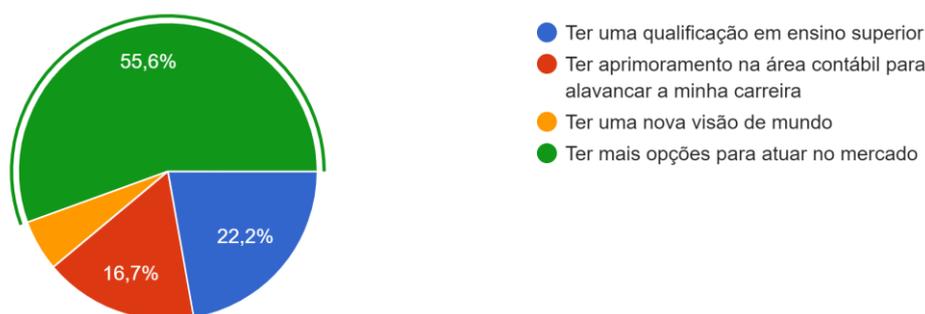
Dentro desse prisma, foi apresentado um questionamento sobre quais motivos os respondentes poderiam apontar como sendo fundamental para que esse não viesse desistir do curso de ciências contábeis. Como resposta, destaca-se que 55,6% dos respondentes escolheram a alternativa que afirmava ter mais opções para atuar no mercado de trabalho;

outros 22,2% ter uma qualificação em ensino superior; 16,7% ter aprimoramento na área contábil.

Gráfico 7 – Motivos para não desistir do curso de Ciências Contábeis

13. Quais motivos você pode apontar como sendo fundamental para não desistir do curso?

36 respostas



Fonte: Dados coletados – 2021.

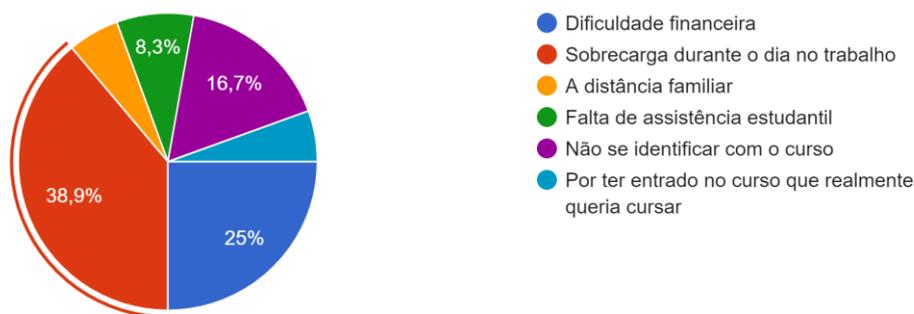
Essa realidade acaba por refletir em muitos estudantes, visando sempre à melhoria de um futuro no mercado de trabalho, acabam por ser um motivo decisivo para permanência nos cursos.

Seguindo esse mesmo raciocínio, foram indagados, quais seriam os motivos que levariam os respondentes a desistir do curso de Ciências Contábeis. As respostas estão expostas no gráfico 8, onde pode-se perceber que entre os motivos de desistência do curso, os entrevistados se dividiram nas opções propostas, 38,9% falam da sobrecarga durante o dia no trabalho; 25% das dificuldades financeiras; 16,7% não se identificaram com o curso; 8,3% a falta da assistência estudantil; já a distância familiar e o por ter entrado no curso que realmente queria cursar foram registrados respectivamente.

Gráfico 8 – Motivos que podem levar a desistir do curso de Ciências Contábeis

14. Quais dos motivos citados abaixo você pode apontar como sendo um fator que pode lhe levar a desistir do curso?

36 respostas



Fonte: Dados coletados – 2021.

De acordo com Finatti et al. (2007, p. 248)

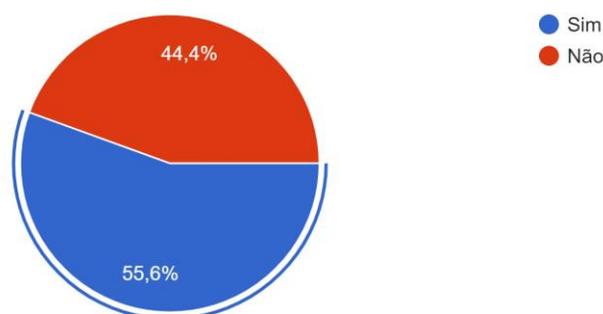
[...] para que o aluno possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar, à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições.

Nesse sentido, foi perguntado aos respondentes, se a assistência estudantil consistia em um fator determinante para que pudessem dar continuidade ao curso. Nesta categoria pode ser associada à reposta do gráfico 9, que também elencou uma categoria como sendo a falta da assistência estudantil como um fator para a desistência do curso. Neste sentido 55,6% alegaram que sim, é um motivo forte, já os 44,4% afirmam que não.

Gráfico 9 – Assistência estudantil como um fator para continuar o curso

15. Você considera o acesso à assistência estudantil como um fator para continuar o curso?

36 respostas



Fonte: Dados coletados – 2021.

Segundo Bardagi e Hutz (2009, p. 34) a evasão pode ser considerada como:

A literatura apresenta variadas causas para a evasão na educação superior, como descontentamento com horários das disciplinas, falta de cursos noturnos, impossibilidade de conciliar trabalho e estudo, mau relacionamento professor-aluno, pouca integração social à universidade, expectativas não correspondidas e falta de informações sobre curso e profissão, mau desempenho acadêmico e reprovações, problemas financeiros.

Diante dessa constatação, foi pedido aos respondentes pela opção sim na questão anterior, o porquê o acesso à assistência consistia em um fator importante para continuar no curso, no quadro 1, constam algumas das respostas obtidas.

Quadro 1 – Motivos apontados para justificar que o acesso à assistência consistia em um fator importante para continuar no curso.

Porque a maioria dos estudantes não possuem uma renda fixa no momento em que ingressam na universidade.

Porque ajuda nas dificuldades financeiras que por ventura surjam

O acesso à assistência estudantil é um fator importante, pois sana um pouco as dificuldade financeiras do aluno, dando um suporte na sua formação no ensino superior.

Porque faz com o aluno tenha mais tempo livre.

Boa parte da evasão entre meus colegas é a dificuldade financeira de residir próximo a universidade

No meu ponto de vista, você não se sentir desamparado já é um estímulo.

Algumas pessoas não têm condições de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, seja pela dificuldade do curso ou seja pela falta de vagas no mercado de trabalho, o que faz com que não possam pagar suas contas enquanto estudam e, conseqüentemente, abandonam os estudos para fazer qualquer coisa que sustente suas despesas.

Fonte: Dados coletados – 2021.

Neste questionamento as repostas foram livres destacando as acima elencadas como as principais. Percebe-se que estas respostas estavam sempre atreladas a questão da dificuldade financeira, sendo, portanto, a assistência estudantil, uma forma de auxílio nesse quesito.

Assim, foi feito um questionamento direto, procurando observar a relação entre a assistência estudantil e a evasão no ensino superior, foi questionado se os participantes consideravam a assistência estudantil importante no combate à evasão no ensino superior, e 88,9% responderam que sim.

Quadro 2 – Motivos pelo qual a assistência estudantil é importante no combate à evasão.

Por que viabiliza a estadia dos estudantes e o acesso a universidade de uma maneira mais comoda

O apoio ao aluno, seja em qualquer nível de dificuldade é um incentivo àqueles alunos mais dispersos por conta do problemas externos ou externos.

Porque ajuda os estudantes a concluir seus estudos. Pelo menos em teoria... Não sei como funciona de fato.

Acho que, como eu, muitos tem famílias com baixa renda, como a minha, e alguns acabam desistindo porque não podem custear as despesas.

É uma ajuda que o aluno conta para as despesas e custeio dos gastos com o curso.

Porque muitas vezes os estudantes saem da instituição por falta de assistência ou por dificuldade financeira.

Porque muitos desistem por não ter condições financeiras de transporte, moradias, alimentação...

Fonte: Dados coletados – 2021.

Entre os que responderam sim, foi questionado o porquê. As respostas obtidas constam no quadro 2, onde mais uma vez a questão financeira se sobressaiu como relevante. Tal coleta tem como objetivo fornecer a comunidade acadêmica e a sociedade em geral dados específicos sobre a situação e as grandes tendências do setor, assim, os pontos positivos e negativos sobre a importância da assistência estudantil para fins de diminuir a evasão no curso.

Muitos são os motivos apontados para justificar a evasão no contexto universitário, sabe-se que o acesso à assistência consistia em um fator importante para continuar no curso visto que as universidades necessitam aprimorar o leque de oportunidades em termos de investimentos nessa área, assim levando um patamar cada vez mais elevado o combate à evasão dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV.

5 Considerações finais

A expectativa é que este trabalho possa contribuir para a reflexão sobre a importância das políticas de assistência estudantil, dentro dos limites da atuação das políticas públicas atuais, na construção de possibilidades que questionem desde a situação social desses estudantes, até que eles tentem superar as desigualdades de acesso à universidade e assim a questão estudantil, que versa pela sua permanência no ensino superior.

Assim, procurou-se reunir o máximo possível de informações disponíveis e acessíveis acerca da temática em foco. Não obstante tratar-se de uma área que vem evoluindo em termos de publicações, ainda são poucos os livros publicados, sendo mais numerosos os artigos geralmente publicados em revistas ou através da Internet.

Diante do exposto, ficou evidente que a assistência estudantil consiste em um fator preponderante para dar continuidade ao curso de Ciências Contábeis, e assim, evitar a evasão. Esta consideração pode estar atrelada a diversos fatores, entre os quais ao fato de que com o processo de expansão e interiorização das universidades públicas, uma parcela maior de jovens advindos de classes sociais menos favorecidas teve acesso ao ensino superior, necessitando de suporte financeiro ou de serviços para manter-se no curso escolhido.

Considerando as limitações inerentes a esse processo e levando em conta o caráter basilar do presente estudo, este trabalho foi efetuado, sobretudo, com dados coletados mediante a resposta desses estudantes, que proporcionou um estudo e pesquisa fundamental no meio acadêmico científico, sobre a temática, aqui objeto de estudo sobre a importância da assistência estudantil em combate a evasão dos alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba - Campus IV.

Referências

- ALVAREZ, Adrian. RADAELLI, Andressa Benvenuti. **Políticas da educação superior no Brasil (2003-2010): democratização ou expansão?** Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.46, p.<217-232>, jan./jun. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i46.5126>. Acessado em: 12 de julho de 2020.
- ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. **Assistência estudantil como política de permanência na UFPB**. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- AQUINO, Líbia Maria Serpa. FARENZENA, Nalú. **Um olhar histórico para o planejamento nacional da educação no Brasil**. Disponível em:

<<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/viewFile/5332/3570>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BAGGI, Cristiane Aparecida dos Santos. LOPES, Doraci Alves. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior. Scielo. 2012.

BARBOSA, Roseane de Almeida. **A assistência ao estudante da residência universitária da UFPB**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

BARDAGI, Marucia Patta; HUTZ, Cláudio Simon. “**Não havia outra saída**”: percepções de alunos evadidos sobre o abandono do curso superior. Psico-USF (Impr.), Itatiba, v. 14, n. 1, Abr. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-82712009000100010>. Acesso em: 30 mai. 2021.

FINATTI, Betty Elmer; ALVES, Jolinda de Moraes; SILVEIRA, Ricardo de Jesus. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da Universidade Estadual de Londrina-UEL** — indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. Libertas, Juiz de Fora, v. 6 e 7, n. 1 e 2, p. 246-264, jan.-dez./2006, jan.-dez./2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE FORMS. **Formulário de Pesquisa Online**. Disponível na plataforma do Google: www.google.com.br. Acesso em: 01 de maio de 2021.

HELENO, Edilane do Amaral, et al. Um olhar para os municípios de Rio Tinto e Mamanguape após a implantação do Campus IV- UFPB. In: BATISTA, A.C et al (Orgs.). **Uma década de expansão universitária: estudos sobre o vale de Mamanguape: Volume I**, João Pessoa: Editora do CCTA, 2017.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000200285&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCACAO. **Plano nacional de assistência estudantil (PNAES)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes>. Acesso em: 30 set. 2018.

PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. **Um estudo sobre o papel da UFPB - Campus IV - a partir da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão no desenvolvimento da região do Vale do Mamanguape**. Recife, 2014. 204 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Administração, 2014.

SILVA, Dilene Pinheiro da. **A política de assistência estudantil no contexto das instituições federais de ensino**. 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília – DF. 2019.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf. Acesso em: 25 jun. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. **Prape - pró-reitoria de assistência e promoção ao estudante**. Disponível em: <http://www.ufpb.br/prape>. Acesso em: 01 out. 2020.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ZAGO, Nadir. PAIXÃO, Lea Pinheiro Paixão. PEREIRA, Thiago Ingrassia. **Acesso e permanência no ensino superior: problematizando a evasão em uma nova universidade federal**. Educação em Foco, ano 19 - n. 27 - jan./abr. 2016 - p. 145-169.